Paralisação profunda em 1ª hora no dia
05/3/13, às 17h30 min.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 60, DE 1999

Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os hospitais devem oferecer às vítimas de violência sexual atendimento **emergencial, integral** e multidisciplinar, visando o controle e tratamento dos **agravos físicos e psíquicos** decorrentes de violência sexual e **encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social.**”

Art. 2º Considera-se violência sexual, para os efeitos desta Lei, qualquer forma de atividade sexual não consentida.

Art. 3º O atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede do SUS, compreende os seguintes serviços:

- I – diagnóstico e tratamento das lesões físicas no aparelho genital e nas demais áreas afetadas;
- II – amparo médico, psicológico e social imediato;
- III – facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento ao IML e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual;
- IV – profilaxia da gravidez;
- V – profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis;
- VI – coleta de material para realização do exame de HIV para posterior acompanhamento e terapia;
- VII – **fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis.**

§ 1º. Os serviços de que trata esta Lei são prestados de forma gratuita aos que dele necessitarem.

§ 2º. No tratamento das lesões caberá ao médico preservar materiais que possam ser coletados no exame médico legal.

§ 3º. Cabe ao ^{órgão de medicina legal} IML o exame de DNA para identificação do agressor.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, em de março de 2013

Janete Rocha Pieta
dep. Janete Rocha Pieta